

14. CPE.05.23. DMOSM – Empreitada: “Praia Fluvial de Crespos” - Aprovação da Adjudicação.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, e consequente adjudicação da empreitada ao concorrente J.C.C.A., LDA, pela quantia de 749.500,00€, a que acresce o IVA à taxa em vigor, pelo prazo de execução de 240 dias, e ainda a aprovação da minuta do contrato, tudo em conformidade com os documentos que fazem parte do processo.

Concurso Público: CPE.05.23.DMOSM

Contratação: empreitada de “PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”.

ASSUNTO: Aprovação da Adjudicação e aprovação da minuta do contrato.

PROPOSTA:

Submete-se para aprovação o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos públicos, e consequente adjudicação da empreitada ao concorrente **J.C.C.A., LDA**, pela quantia de **€749.500,00**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 240 dias**, e ainda a aprovação da minuta do contrato, tudo em conformidade com os documentos anexos.

A técnica da UAC,

Anexos:

- 1. Relatório Final com minuta do contrato;**
- 2. Compromisso;**
- 3. Relatório Preliminar.**
- 4. Propostas apresentadas.**



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

CONCURSO PÚBLICO: CPE.05.23.DMOSM

RELATÓRIO FINAL

ORGÃO COMPETENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM.

25/10/2023

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

25/10/2023

Despacho: **Adjudico e aprovo a minuta do contrato.**

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

 / /

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I - IDENTIFICAÇÃO E INTRODUÇÃO:

Concurso Público: CPE.05.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS".

Preço base (Pb): €840.431,31 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e um euros e trinta e um centímo), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 240 (duzentos e quarenta) dias.

Abertura das propostas: 18/08/2023

Membros efetivos:

Membros suplentes:

Reunião efetuada em 24/10/2023, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **4551/2023**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 59, de 23 de março de 2023, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	J.C.C.A., LDA	€749.500,00	240
2º	CRISMAGA, S.A.	€834.800,00	240



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

CONCURSO PÚBLICO: CPE.05.23.DMOSM

RELATÓRIO FINAL

ORGÃO COMPETENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA.

3º	PEDRIVALÕES, LDA	€809.380,00	240
4º	REMATEPARCELA, UNIPESSOAL, LDA	€834.866,06	240

IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **J.C.C.A., LDA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€749.500,00**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 240 dias**.

I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 104819 de 25/10/2023.

I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

• Minuta do contrato

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Braga, 25 de outubro de 2023,

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Relatório Preliminar;
- Minuta do Contrato;
- Compromisso.

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.05.23.DMOSM**"PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS"**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: J.C.C.A., LDA, com sede na Rua Lopes Gonçalves, n.º 1, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, concelho de Braga, 4700-227 Braga, pessoa coletiva n.º 509969674, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 20 de março de 2023, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.05.23.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030313, de acordo com a informação de cabimento n.º 77596, de 15/03/2023 e com a informação de compromisso n.º 104819, de 25/10/2023, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de
- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma

data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º

(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso._____

Artigo 2.º

(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados na **União de Freguesias de Crespos e Pousada**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º

(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 749.500,00 (setecentos e quarenta e nove mil e quinhentos euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

_____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F09 – arranjos exteriores**._____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

____O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **240 (duzentos e quarenta)** dias de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

____1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido *Código*._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo._____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 12.º**(Gestor do contrato)**

____1. O dono da obra designa a Eng.ª **Paula Pereira**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º**(Comunicações e notificações)**

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**_____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@jcgroup.pt**_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º

(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º

(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º

(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante

legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

_____. 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

_____. 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º**(Vigência)**

_____. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____

_____. Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

23/10 / 2023

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

23/10/23
A Direção do DMOSM

Despacho: Tomei conhecimento.

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

23/10 / 26

Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: CPE.05.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS".

Preço base (Pb): €840.431,31 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e um euros e trinta e um cêntimo), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 240 (duzentos e quarenta) dias.

Abertura das propostas: 17/08/2023

Membros efetivos:

Membros suplentes:

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 13/10/2023, com o objetivo de proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do contrato de empreitada de "PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS", promovido pela Câmara Municipal de Braga.

Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

II – INDICAÇÃO DOS CONCORRENTES:

Identificação do concorrente	Preço
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	€ 834.866,06
J.C.C.A., LDA	€ 749.500,00
CRISMAGA, S.A.	€ 834.800,00
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€ 979.999,02
PEDRIVALÕES, LDA.	€ 809.380,00

III – VERIFICAÇÃO E ANÁLISE (exclusão e admissão) DAS PROPOSTAS:

III.1 - O júri do procedimento procedeu à verificação e análise das propostas apresentadas pelos concorrentes, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com as disposições do procedimento e com as normas do *Código dos Contratos Públicos*.

Em resultado da análise das propostas supramencionadas, o júri decidiu, nos termos do artigo 146.º do CCP, a **exclusão** da proposta apresentada pelo seguinte concorrente:

- **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.**

Motivos da exclusão:

- Apresentação de um preço contratual (**€979.999,02**), superior ao preço base do procedimento (**€840.431,31**), sendo a exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146.º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP.

III.2. - O júri considerou que as restantes propostas reúnem as condições exigidas, sendo as mesmas admitidas.

IV- AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

IV.I. - As propostas dos concorrentes, tais como: **REMATEPARCELA UNIPessoal, LDA, J.C.C.A., LDA, CRISMAGA, S.A. e PEDRIVALÕES, LDA**, transitaram para avaliação, sendo estas operacionalizadas através do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo VI (Regulamento de análise das propostas), nos termos seguintes:

Fatores	Subfatores	Ponderação	
Preço		70%	100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	
	Programa de trabalhos	50%	

As propostas foram subsumidas aos diferentes fatores e subfatores daquele critério de adjudicação, nos termos e para os efeitos previstos no *Regulamento de Análise das Propostas*. A apreciação de cada uma das propostas em face de cada um dos fatores e subfatores do critério obedeceu à específica metodologia descrita nos respetivos artigos do regulamento, por aplicação das fórmulas matemáticas e dos descritores também ali consignados.

A ordenação final das propostas resultou da hierarquização das mesmas, obtida em função da pontuação matemática atribuída por cada uma nos diferentes fatores e subfatores e depois de devidamente afetadas, nas respetivas proporções, ao critério de adjudicação mencionado.

Avaliação das propostas por subsunção ao fator «preço»:

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator **«preço»** será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,01 (um cêntimo)**.

A análise das propostas em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$

O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «**preço**» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Valor da proposta (€ s/IVA)	Avaliação
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	€ 834.866,06	0,00662
J.C.C.A., LDA	€ 749.500,00	0,10820
CRISMAGA, S.A.	€ 834.800,00	0,00670
PEDRIVALÕES, LDA	€ 809.380,00	0,03695

Avaliação da proposta por subsunção ao fator «**valia técnica**»:

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**valia técnica**» foi preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do regulamento (*metodologia e programa de trabalhos*), que participam, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, a proposta foi avaliada tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, a proposta foi avaliada tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

➤ ***Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «**metodologia**»:***

Descritor

- (1) **Pressuposto:** O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo.
- (2) **Pressuposto:** O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.
- (3) **Pressuposto:** Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.
- (4) **Pressuposto:** identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios.

1.º Subfator – Metodologia

Descritor	Pontuação
<p>(1) Pressuposto: O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo.</p> <p>(2) Pressuposto: O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.</p> <p>(3) Pressuposto: Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.</p> <p>(4) Pressuposto: Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios.</p>	<p>1 (Muito boa)</p>
A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - com exceção de um dos pressupostos ali indicados.	<p>0,75 (Boa)</p>
A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - com exceção de dois dos pressupostos ali indicados.	<p>0,50 (Razoável)</p>
A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - com exceção de três dos pressupostos ali indicados.	<p>0,25 (Má)</p>
A proposta, cumprindo todas as exigências do caderno de encargos, apresenta características (um nível de mérito) que não cumpre nenhum dos propostos definidos para a valorização gradativa, nos termos dos níveis superiores ao presente.	<p>0 (Muito má)</p>

• **Concorrente – REMATEPARCELA, UNIPESSOAL, LDA.**

Avaliação da proposta:

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento ao pressuposto (1), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (2) o concorrente, não apresenta uma distribuição de meios humanos afetos às várias tarefas em número, só em profissão/mão-de-obra, mencionando de igual forma os materiais por tipo/equipamento, não distribuindo em número.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente não identifica as tarefas críticas, não descrevendo também, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.

Quanto ao pressuposto (4) o concorrente, não identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos nem medidas destinadas a corrigir esses desvios.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,25 (Má)**.

- **Concorrente – J.C.C.A., LDA.**

Avaliação da proposta:

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2) e (4), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente não identifica as tarefas crítica, não descrevendo também, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (Boa)**.

- **Concorrente – CRISMAGA, S.A.**

Avaliação da proposta:

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **1 (Muito boa)**.

- **Concorrente – PEDRIVALÕES, LDA**

Avaliação da proposta:

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2) e (4), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (3) o concorrente, não descreve, em sede de memória descritiva, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, remetendo esta informação para a consulta de um anexo (Anexo 1), no entanto, tratando-se esse documento do plano de trabalhos proposto, não poderá esse ser considerado para o presente efeito nos termos no n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento de Análise e Avaliação das Propostas. O documento em causa foi avaliado nos termos do critério de avaliação do 2.º Subfactor (Programa de Trabalhos);

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (Boa)**.

➤ **Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «programa de trabalhos»:**

Descritor

- (1) **Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada.
- (2) **Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência.
- (3) **Pressuposto:** O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento.
- (4) **Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia.

2.º Subfator – Programa de trabalhos

Descritor	Pontuação
(1) Pressuposto: O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada. (2) Pressuposto: O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência. (3) Pressuposto: O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento. (4) Pressuposto: O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia.	1 (Muito bom)
A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom) - com exceção de um dos pressupostos ali indicados.	0,75 (Bom)
A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom) - com exceção de dois dos pressupostos ali indicados.	0,50 (Razoável)
A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom) - com exceção de três dos pressupostos ali indicados.	0,25 (Mau)
A proposta, cumprindo todas as exigências do caderno de encargos, apresenta características (um nível de mérito) que não cumpre nenhum dos propostos definidos para a valorização gradativa, nos termos dos níveis superiores ao presente.	0 (Muito mau)

- Concorrente – [REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA.](#)

Avaliação da proposta:

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [J.C.C.A., LDA.](#)

Avaliação da proposta:

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [CRISMAGA, S.A.](#)

Avaliação da proposta:

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [PEDRIVALÕES, LDA](#)

Avaliação da proposta:

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos

pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

➤ **Pontuação da proposta nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Identificação do concorrente	Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	0,25	1,00
J.C.C.A., LDA	0,75	1,00
CRISMAGA, S.A.	1,00	1,00
PEDRIVALÕES, LDA	0,75	1,00

O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	0,625
J.C.C.A., LDA	0,875
CRISMAGA, S.A.	1,000
PEDRIVALÕES, LDA	0,875

V – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS POR SUBSUNÇÃO AO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,70 * P + 0,30 * (0,50 * M + 0,50 * PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do preço”;

«M» representa a “pontuação no subfator metodologia”

«PT» representa a “pontuação no subfator programa de trabalhos”;

«PR» representa a “pontuação no fator prazo”.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	0,00662	0,625	0,19
J.C.C.A., LDA	0,10820	0,875	0,34
CRISMAGA, S.A.	0,00670	1,000	0,30
PEDRIVALÕES, LDA	0,03695	0,875	0,29

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Análise das Propostas, definido no Anexo III do Programa de Procedimento, **em caso de empate**, entre duas ou mais propostas, **serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator do critério com maior ponderação, neste caso, o fator preço.**

VI - RECOMENDAÇÃO AO ÓRGÃO DECISOR:

Nestes termos, propõe-se:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	J.C.C.A., LDA	0,34	€749.500,00	240
2º	CRISMAGA, S.A.	0,30	€834.800,00	240
3º	PEDRIVALÕES, LDA	0,29	€809.380,00	240
4º	REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	0,19	€834.866,06	240

VII – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

O Júri do Procedimento